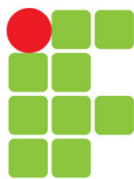


**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO ESTADO DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DO
AGRONEGÓCIO**

GEONICE ARRUDA PERES

**IMPACTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO
AGRONEGÓCIO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**PALMAS
2017**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO ESTADO DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DO
AGRONEGÓCIO**

GEONICE ARRUDA PERES

**IMPACTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO
AGRONEGÓCIO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do Título
de Tecnólogo em gestão do agronegócio do
Curso Superior Tecnológico em gestão do
agronegócio do Instituto Federal do Tocantins,
Campus Palmas.

Orientador: Professor Msc. Clauber Rosanova.

**PALMAS
2017**

PERES, Geonice Arruda.

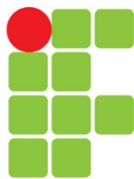
Impacto do cooperativismo de crédito no agronegócio no estado do Tocantins/ Geonice Arruda Peres. Palmas, 2017. 39p.

Orientador: Professor Msc. Clauber Rosanova.

Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins, Curso Superior Tecnológico em gestão do agronegócio, *Campus Palmas*.

Defesa: Palmas, 2017.

1. Cooperativas de crédito – Brasil. 2. Crédito rural - Brasil. 3. Agropecuária sustentável - Brasil.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DO
AGRONEGÓCIO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo conselho do Curso Superior Tecnológico em gestão do agronegócio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins - *Campus* Palmas foram convocados para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso de **Geonice Arruda Peres**, intitulado “**Impacto do Cooperativismo de Crédito no Agronegócio do Estado do Tocantins**”, após terem inquerido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua _____.

Palmas, _____ de _____ de 20____.

Orientador: Professor Msc. Clauber Rosanova

Avaliador

Avaliador

Dedico este trabalho à minha família, ao meu filho Paulo Henrique Arruda Nunes, a meu pai José Melanio Peres de Sousa (in memória) e ao meu orientador Msc. Claubert Rosanova.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades,

Ao IFTO, seu corpo docente, por ter me dado a oportunidade de um novo conhecimento.

Aos meus queridos professores, que ao decorrer desse curso estiveram presente, ensinando, ajudando e motivando quando muitas vezes batia o desânimo, agradeço sinceramente além do aprendizado, a amizade que ganhei por parte de muitos, isso levarei pra vida toda juntamente com os ensinamentos.

Ao meu orientador professor Mestre Clauber Rosanova, pelo suporte, no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções, incentivos, pelos ensinamentos que me trouxe em todo decorrer do curso, sempre prestativo, além de um excelente profissional, um ser humano de excelente coração, são aprendizados e experiências que ficarão eternizadas.

A minha família pelo apoio, ao meu pai que não está mais entre nós, mas que me proporcionou ensinamentos para que pudesse chegar até aqui, ao meu filho que abdicou do seu tempo para comigo, sempre compreensível e amoroso me apoiando em todos os momentos, e através do seu amor tive motivação em momentos de desânimo.

Aos meus amigos, Fernando Araujo, Ariely Gonçalves, Wender Rocha, Cleiton Reis, Larissa Lourana, que sempre me acompanharam nesse trajeto, me dando apoio, e muitas vezes puxões de orelhas para que pudesse chegar até o fim do curso.

E a todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

A felicidade é um problema individual. Aqui, nenhum conselho é válido. Cada um deve procurar, por si, tornar-se feliz.

Sigmund Freud.

RESUMO

Desde meados do século XX, o cooperativismo de crédito vem beneficiando e impulsionando a cadeia produtiva nacional, por meio de empréstimos financeiros que visam favorecer e propiciar agricultores familiares de pequeno e médio porte a produzirem com maior segurança. No entanto, esse serviço ainda está aquém do desejado e esperado para o atendimento à comunidade agroindustrial. Quanto menor for a renda e os rendimentos obtidos pelo produtor a partir de suas atividades, mais dificuldades para conseguir crédito com as entidades financiadoras ele enfrentará. O acesso ao crédito ainda está recluso a certos níveis sociais, embora seja sabido que grande parte dos municípios nacionais já contam com alguma instituição financeira. Muitos, sobretudo, os das regiões Norte e Nordeste, encontram-se carentes desse tipo de atendimento. Cada vez mais, fomentam-se políticas que visam a descentralização do capital e com isso, a população cada vez mais vem buscando amparo em cooperativas de crédito. No ano de 2016, 27,2 foram emprestados para mais de 30 mil produtores rurais no estado do Tocantins, 73,2% desse dinheiro destinados a produtores com idade entre 35 e 60 anos, com alta renda, os mesmos dispunham de algum tipo de escolaridade ou especialização, com receita acima igual ou acima de R\$ 400 mil comprovados pela Receita Federal. Os outros 26,8% dos empréstimos foram destinados a produtores com baixa renda idade entre, 25 e 65 anos, poucos indivíduos com algum grau de escolaridade, sua produção gira em torno da lavoura, leite, e hortaliças. 88% dos créditos concedidos foram para custeio e os outros 12% se dividiu em investimento e comercialização. No Tocantins hoje contamos com 3 cooperativas de crédito sendo Sicoob Credipar com sede em Paraíso do Tocantins e mais 11 filiais pelo estado, Sicredi com sede em Campo Grande-MS e 6 filiais no estado do Tocantins, Sicoob Unicentro Brasileira com sede em Goiânia, com 3 filiais no Tocantins.

Palavras-chave: COOPERATIVAS DE CRÉDITO. CRÉDITO RURAL. FINANCIAMENTO RURAL. FOMENTO RURAL.

ABSTRACT

Since the mid-twentieth century, credit cooperativism has been benefiting and boosting the national productive chain, through financial loans aimed at favoring and enabling small and medium-sized family farmers to produce with greater security. However, this service is still short of the desired and expected service to the agroindustrial community. The lower the income and income obtained by the producer from his activities, the more difficult it is to obtain credit from the financing entities he will face. Access to credit is still reclusive at certain social levels, although it is well known that most national municipalities already have some financial institution. Many, especially those in the North and Northeast, are in need of this kind of service. Increasingly, policies are promoted that aim at the decentralization of capital and with this, the population is increasingly seeking protection in credit cooperatives. In 2016, 27.2 were loaned to more than 30 thousand rural producers in the state of Tocantins, 73.2% of this money destined to producers between the ages of 35 and 60, with high income, they had some type and schooling Or specialization, with revenue above or equal to R \$ 400 thousand, evidenced by the Federal Revenue Service. The remaining 26.8% of the loans went to producers with low incomes aged between 25 and 65 years, few individuals with any degree of education, their production revolves around farming, milk, and vegetables. 88% of the credits granted were for costing and the other 12% was divided into investment and commercialization. In Tocantins we now have 3 credit cooperatives, Sicoob Credipar with headquarters in Paraiso do Tocantins and 11 other branches in the state, Sicredi based in Campo Grande-MS and 6 branches in the state of Tocantins, Sicoob Unicentro Brasileira based in Goiânia, 3 branches in Tocantins.

Key words: CREDIT COOPERATIVES. RURAL CREDIT. RURAL FINANCING. RURAL PROMOTION

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Balanço Financeiro no Plano Agropecuário nacional 2016/17.....	22
Tabela II: Distribuição regional de pontos de atendimento por área e por população adulta: quadro comparativo 2010 e 2014	23
Tabela III: Quantidade de Instituições Financeiras por segmento no Brasil..	24
Tabela IV: Evolução da quantidade de Cooperativas de Crédito por modalidade	25
Tabela V: Localização da sede e filiais das principais Cooperativas de Crédito atuantes no estado do Tocantins.....	26
Tabela VI: Número de cooperativas de crédito e de cooperados por regiões brasileiras ao longo de 2010\2015.....	29
Tabela VII: Evolução do volume de crédito cedido a pessoas físicas por região.....	30

LISTA DE FIGURAS

Fluxograma: Carteira de financiamentos de crédito rural por Cooperativas no Tocantins em 2016	31
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Evolução do Pronaf no Plano Safra da Agricultura Familiar – valores disponibilizados em bilhões.....	20
Gráfico II: Distribuição dos recursos do crédito de custeio para produtos de lavoura do Pronaf – soma dos valores de 1999 a 2012 – Brasil.....	20

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PROBLEMÁTICA	15
3. OBJETIVOS.....	15
3.1. GERAL.....	15
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
4. JUSTIFICATIVA DO TEMA	16
5. REVISÃO DE LITERATURA	17
5.1. COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	17
5.2. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	18
5.3. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR – PRONAMP	19
5.4. CARACTERIZAÇÃO E IMPACTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO AGRONEGÓCIO NACIONAL E ESTADUAL.....	21
6. METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA.....	27
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
9. CRONOGRAMA	33
9.1. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES REFERENTE A 2016	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

A atividade agrícola sofre constantemente influências edafoclimáticas, o que pode comprometer o seu desempenho econômico. Além do risco climático e sanitário, o ajuste da oferta ainda depende de vários fatores que compõem a economia nacional. Conforme Ramos e Martha Jr. (2010) existe uma forte volatilidade dos preços e baixa elasticidade-preço e elasticidade-renda da demanda para grande maioria dos produtos agrícolas. Essas condições podem afetar a rentabilidade do produtor rural e consequentemente, a oferta dos produtos, tornando-se necessário a intervenção governamental por meio de políticas públicas.

Conforme Brasil (2017a), o Crédito Rural abrange três grandes áreas do agronegócio sendo custeio, investimento ou ainda a comercialização. As regras, finalidades e condições para acesso a esse recurso estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco do Brasil e que são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Ainda, segundo o BCB (2017), as cooperativas de crédito são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária.

As cooperativas de crédito tiveram crescimento do início do século XX até meados da década de 60, quando começaram a declinar, principalmente devido ao advento da Lei 4.595/64 (lei da reforma bancária), que reestruturou o sistema financeiro nacional e definiu novas normas de política creditícia. Em decorrência dessa lei, as cooperativas de crédito foram consideradas instituições financeiras e, então, coube ao Banco Central do Brasil a autorizar seu funcionamento e fiscalizá-las (SILVA; BACHA, 2007).

As linhas de crédito para investimentos contam com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. As contratações de Crédito Rural têm sua evolução acompanhada pela Secretaria Política Agrícola (SPA) de julho a junho, período que compreende o ano agrícola, e o desempenho do crédito rural é divulgado mensalmente (BRASIL, 2017a).

O Brasil vem passando por uma transformação na cadeia agropecuária nos últimos 50 anos, contando com avanços advindos sobretudo do crédito agrícola aliado à pesquisas agropecuárias e assistência técnica qualificada, fazendo com que o acesso ao crédito seja o principal instrumento da política agrícola nacional. No entanto, muitas famílias rurais com baixa renda e que tem a agricultura como principal fonte provedora de capital, não conseguem obter o valor em crédito quanto necessitam ou por vezes não chegam nem a obtenção de nenhum valor, tendo que recorrer a métodos informais de obtenção crédito, para que consigam se manter na atividade (SCHUNTZEMBERGER, 2016).

O principal fator que dificulta a liberação de crédito para muitos produtores se dá em virtude da falta de informações concretas e que forneçam, de certo modo, garantias de que o empréstimo será quitado futuramente, uma vez que o prestador não pode pôr em risco o seu portfólio de empréstimos. A inadimplência sofrida pelos agentes financeiros ainda é um dos grandes entraves relacionados ao crédito rural (AZEVEDO; SHIKIDA, 2004).

Portanto, o crédito compatível e que supram as demandas de seus tomadores é uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico e social, uma vez que possibilita a geração de renda para essas famílias. No entanto grande maioria das financiadoras brasileiras, sobretudo os bancos convencionais, não priorizam as regiões periféricas, perpetuando dessa forma as limitações no acesso ao crédito financeiro (SCHUNTZEMBERGER, 2016).

O crédito rural é um importante elemento do desenvolvimento econômico para o Brasil, principalmente para o desenvolvimento local e regional (AZEVEDO; SHIKIDA, 2004).

No estado do Tocantins, houve aumento significativo do número de Cooperativas de Crédito destinadas ao setor agropecuário nos últimos anos, podendo-se destacar: Sicoob, Sicredi e Unicred. Dados demonstram que os juros mais amenos e a credibilidade das cooperativas têm sido percebidos pelos produtores, o que pode explicar o relativo aumento na procura e no número de créditos concedidos (SEAGRO, 2013).

Objetivou-se com esse estudo realizar um levantamento de dados acerca do cooperativismo de crédito e sua influência sobre o agronegócio a nível

estadual e apresentar as dificuldades e limitações que esse setor ainda sofre devido à falta de informações, excesso de burocracia e limitações geográficas.

2. PROBLEMÁTICA

O acesso ao crédito é considerado um requisito fundamental para o crescimento econômico e para o aumento do padrão de vida nas zonas rurais menos desenvolvidas:

A política de crédito rural, entendida como um mecanismo de concessão de crédito à agropecuária a taxas de juros e condições de pagamentos diferenciadas, é um dos alicerces da política agrícola brasileira e constitui um dos principais instrumentos de apoio ao setor (RAMOS; MARTHA JR., 2010).

No entanto, acredita-se que melhorias quanto ao desempenho dos mercados de crédito rural são necessárias, visto que ainda são tidos como ineficientes. Dessa forma, as políticas que visam melhorar o desempenho do mercado de crédito rural são de grande importância, da mesma maneira que estruturas organizacionais que permitam reduzir as ineficiências desse mercado merecem atenção especial (SCHUNTZEMBERGER, 2016).

Desta forma, o presente trabalho tem como questão central elucidar qual a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil e no estado do Tocantins.

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL

Verificar, de acordo com números divulgados por instituições financeiras estaduais, a evolução do crédito rural e o seu impacto no agronegócio Tocantinense.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a evolução do crédito rural no estado do Tocantins;

- Verificar a evolução do cooperativismo de crédito no estado do Tocantins;
- Verificar as deficiências e dificuldades enfrentadas por esse setor.

4. JUSTIFICATIVA DO TEMA

Na atividade empresarial, para que ocorra a realização de negócios em massa é necessário que haja rapidez, segurança e sobre tudo e em grande maioria das vezes o acesso ao crédito. O crédito, um dos pilares da atividade empresarial, representa, de maneira geral, a confiança no cumprimento das obrigações, facilitando as transações comerciais que representam trocas imediatas de valores. O crédito rural permitiu a expansão e o desenvolvimento das principais atividades econômicas desenvolvidas no mundo moderno. O crédito rural proporciona a circulação de alimentos (matéria prima vegetal, mineral e animal), movimentando e gerando tributos para o estado, elevando investimentos e gerando empregos (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2017).

Nas duas últimas décadas, mesmo com a redução do crédito, o setor agrícola manteve sua produtividade. Com isso iniciaram-se os questionamentos sobre a necessidade de se manter a atividade agrícola subsidiada, visto que outros setores poderiam gerar maiores benefícios para a sociedade. É conhecido que o crédito rural nem sempre foi eficiente nos seus objetivos, por gerar concentração de renda e de não alocar os recursos na atividade, caso da fungibilidade real (KROTH; DIAS; GIANNINI, 2017).

À partir de políticas que enfatizam a melhor distribuição dos recursos financeiros disponíveis para essa finalidade e de modo que abranja maiores áreas estão sendo empregadas e conseqüentemente, um número maior de produtores rurais estão procurando por esse serviço e sendo favorecidos por ele (SCHUNTZEMBERGER, 2016).

No entanto, devido ao baixo número de agências de cooperativas de crédito atuantes no estado do Tocantins e ao desconhecimento do sistema de crédito cooperativo, muitos produtores acabam ficando prejudicados quanto ao acesso a esse recurso de suma importância para o desenvolvimento e sustentabilidade da atividade agropecuária no estado.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito são um importante instrumento de desenvolvimento em muitos países:

Cooperativas de Crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósito à vista ou a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimento e pagamentos de conta por terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, 2008).

Portanto, as cooperativas de crédito tornam-se uma alternativa que pode suprir a carência de instituições bancárias em municípios interioranos e marginais. As cooperativas diferem-se das demais instituições financeiras por serem regidas por princípios cooperativistas: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Por serem consideradas sociedades de pessoas, e não de capital, distinguindo-se assim dos bancos tradicionais, as cooperativas de crédito são apontadas como instrumentos de referência na operacionalização do crédito a populações de baixa renda, especialmente no meio rural (BCB, 2015).

Os créditos cedidos por cooperativas para o agronegócio abrangem três grandes áreas da atividade que são custeio, investimento e comercialização. Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. E finalmente, os créditos de comercialização que asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços. O

produtor pode usufruir das três modalidades de crédito rural como pessoa física ou jurídica e as cooperativas rurais são também beneficiárias naturais do sistema (BRASIL, 2017a).

O cooperativismo baseia-se em um ideal que se concretiza em princípios. Trata-se de uma instituição organizada sob forma de sociedade cooperativa, mantida pelos próprios cooperados, que exercem papel de donos e usuários simultaneamente. As cooperativas de crédito são eficientes e fortalecem a economia, a democratização do crédito e a desconcentração de renda. Portanto, nada mais é que a união de pessoas com interesses comuns, que buscam satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais por meio de uma cooperativa organizada (SEAGRO, 2013).

5.2. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (BRASIL, 2017c).

Ainda segundo Brasil (2017), o acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho.

A importância do Pronaf pode ser avaliada pelos recursos alocados para a agricultura familiar, bem como sobre o número de contratos firmados. Os recursos para custeio e investimento do Programa têm crescido constantemente, demonstrando a tendência de o mesmo seguir apoiando as ações econômicas e produtivas dos agricultores. Nos últimos 20 anos, o Pronaf se consolidou como

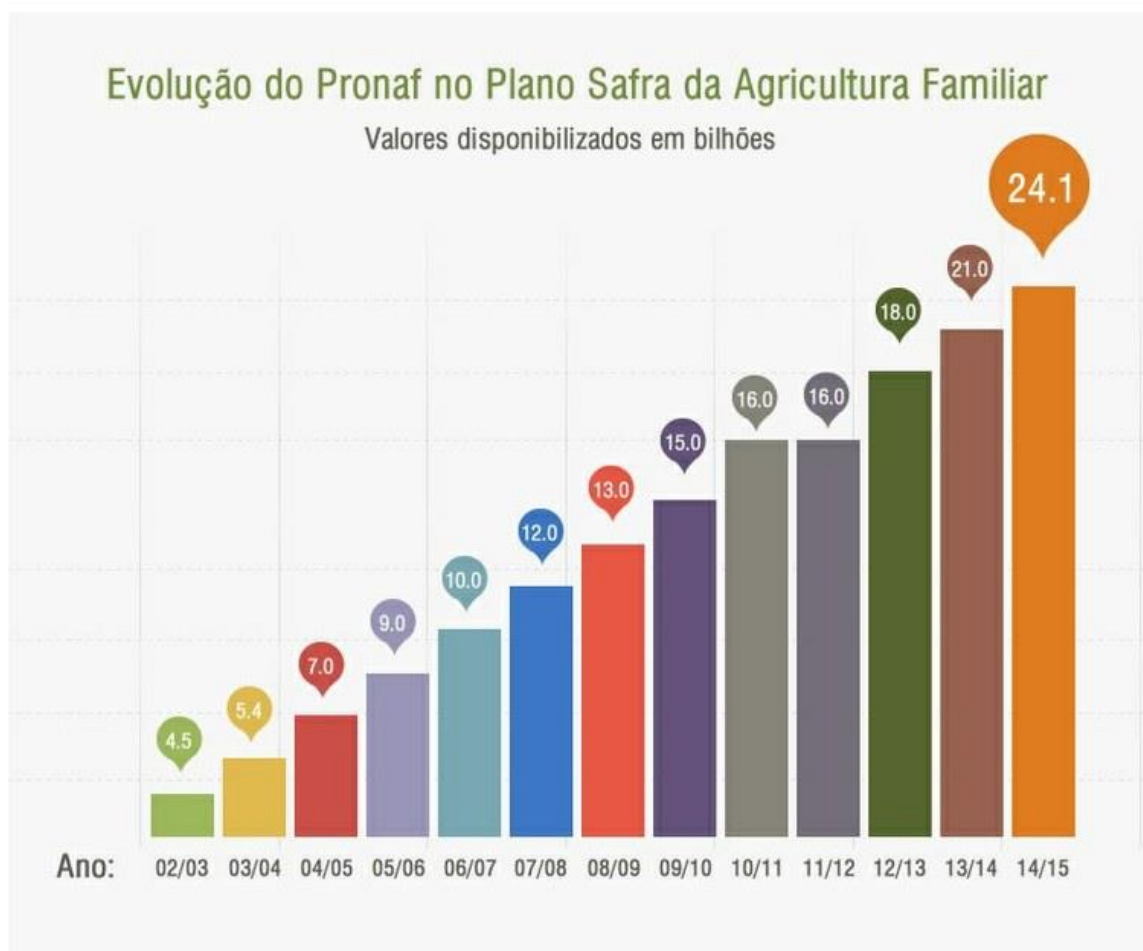
uma política de crédito presente em todo o território nacional, realizando em torno de 2 milhões de contratos, atingindo mais de 1 milhão de famílias por ano safra, com uma carteira de 3,5 milhões de contratos ativos e R\$56 bilhões aplicados, estando presente nos 4.963 municípios rurais brasileiros (BIANCHINI, 2015).

5.3. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR – PRONAMP

O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp) é um crédito destinado ao médio produtor rural para o financiamento das despesas de produção na sua atividade. Com ele é possível financiar bens novos, como máquinas, equipamentos, caminhões e embarcações, estruturas de armazenagem e outros serviços necessários ao empreendimento. O limite de financiamento pode chegar a R\$ 430 mil produtor/safra, tendo como taxa de juros e 8,5% ao ano e o prazo para pagamentos chega a 8 anos, com até 3 anos de carência (BANCO DO BRASIL, 2017).

Pode se beneficiar do programa, os produtores rurais – pessoa física ou jurídica que seja proprietário, arrendatário ou parceiro e posseiros que tenham no mínimo 80% da renda proveniente da atividade agropecuária ou extrativa vegetal e que possua renda bruta anual de até R\$ 500 mil (SEBRAE, 2017).

Nos gráficos I e II estão dispostos dados acerca dos valores destinados ao Pronaf ao longo dos anos e a distribuição desses valores nos diversos tipos de culturas.



[Download Original](#)

Gráfico I: Evolução do Pronaf no Plano Safra da Agricultura Familiar – valores disponibilizados em bilhões (Fonte: Brasil, 2014).

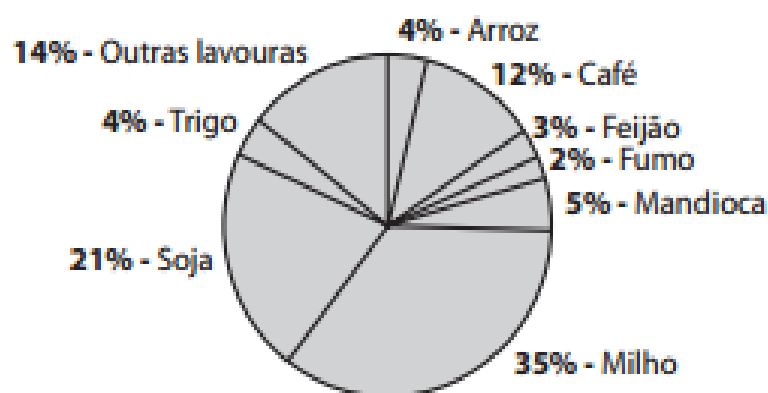


Gráfico II: Distribuição dos recursos do crédito de custeio para produtos de lavoura do Pronaf – soma dos valores de 1999 a 2012 – Brasil (Fonte: GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

5.4. CARACTERIZAÇÃO E IMPACTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO AGRONEGÓCIO NACIONAL E ESTADUAL

Dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2006, estimou que existiam no Brasil cerca de 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupavam uma área de 333,68 milhões de hectares e foram responsáveis pela geração de R\$ 164 bilhões auferidos pelo Valor Bruto da Produção (VBP). Do total de estabelecimentos, 580.911 que representam 11,2%, foram classificados como agricultores patronais, ocupantes de uma área de 222,58 milhões de há (66,7% da área total ocupada), e produzindo R\$103 bilhões (62,8% do VBP). 71% do total de financiamentos foram concedidos para esse tipo de estabelecimento (IBGE, 2006).

Ainda de acordo com o mesmo censo, 84,36% (4.366.267) dos estabelecimentos foram classificados como familiares; estimando uma ocupação de área de 80,1 milhões de hectares, correspondendo a 24,3% da área total; sendo responsáveis por R\$ 54,5 bilhões, equivalente a 33,2% do VBP total; apesar de receberem apenas 28% dos financiamentos agrícolas liberados, em 2006, pelo Governo Federal. Os demais 42.870 estabelecimentos são enquadrados como instituição de utilidade pública, governo (federal, estadual ou municipal) ou não são identificados.

Estudos recentes demonstram que a assimetria de informações produzem restrição ao crédito, desfavorecendo sobre tudo os produtores com baixa renda, uma vez que os recursos para financiar seus próprios projetos são escassos, além de não possuírem uma garantia de acesso ao crédito financeiro bancário. Com essa falta de informações, gera-se o risco moral de quem toma o crédito empestado e da capacidade de quem empresta em garantir o reembolso (SCHUNTZEMBERGER, 2016).

O sistema financeiro brasileiro sustenta há muito tempo desempenho paradoxal: não atende à demanda por crédito e financiamento da maioria dos setores produtivos e, ao mesmo tempo, preserva margens de lucro excepcionais, ano após ano (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

Com as restrições de crédito, os indivíduos enfrentam as dificuldades de investir em projetos mais eficientes e rentáveis, reduzindo a eficiência produtiva da economia, resignando dessa forma o produtor a sua condição de pobreza. Nesse sentido, a intervenção para a facilitação do crédito rural para as classes menos favorecidas tem se tornado uma das principais plataformas da política anti-pobreza (CAPOBIANGO et al., 2012).

No entanto, um sistema financeiro funcionando melhor torna os serviços financeiros disponíveis a uma maior proporção da população. Nesse sentido, um sistema financeiro eficaz é aquele que contribui para o desenvolvimento econômico oferecendo produtos e serviços financeiros, especialmente crédito, a um preço acessível e de modo uniforme e que atenda toda a população que dele necessitar (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

Conforme dados divulgados no último relatório sobre financiamento agropecuário na safra 2016/17 (BRASIL, 2017b), pôde-se notar pouca variação tanto na quantidade de operações, quanto no valor total das operações para os últimos três anos. Os dados estão dispostos na Tabela I.

Balanço dos Financiamentos no Plano Agrícola e Pecuário 2016/17						
(Grandes produtores e Pronamp – Sem Pronaf)				(R\$ milhões)		
FINALIDADE	Jul/14 – Dez/14		Jul/15 – Dez/15		Jul/16 – Dez/16	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
	Operações		Operações		Operações	
Custeio	320.759	42.503	296.761	51.072	243.192	43.633
Comercialização	20.336	12.387	15.437	12.676	16.918	11.931
Investimento	133.195	21.426	73.423	12.736	72.935	13.034
Industrialização	0	0	0	0	269	3.453
Total	474.290	76.315	385.621	76.485	333.314	72.051

Tabela I: Balanço Financeiro no Plano Agropecuário nacional 2016/17(Fonte: Brasil, 2017b).

A contratação de recursos do crédito rural para a agricultura empresarial, destinados às operações de custeio, investimento e comercialização, alcançou no Tocantins um montante de R\$ 2.386 bilhões, de julho de 2014 a abril de 2015. A participação da região Norte somou 5,26%, com mais de 97 mil contratos no valor total de R\$ 6.632 bilhões. Para custeio e comercialização foram programados, para a safra 2014/2015, R\$ 111,9 bilhões. Do total, R\$ 92 bilhões (82,3%) foram

aplicados no período. Já para investimento, dos R\$ 44,1 bilhões programados, foram contratados R\$ 34,8 bilhões, o que corresponde a 79% do total (NORTE AGROPECUÁRIO, 2015).

A capilaridade do Sistema Financeiro Nacional tem o predomínio dos correspondentes no país, que representam 70% dos pontos de atendimento em 2014. O aumento dos pontos foi acompanhado de melhora da dispersão geográfica em nível municipal entre 2005 e 2014. Em 2014, 73% dos municípios dispunham de mais de 15 pontos por 10 mil adultos, ante 14% em 2005. No entanto, as regiões Norte e Nordeste possuem indicadores inferiores à média nacional, o que pode justificar os números aquém do desejado de créditos cedidos à produtores rurais (BCB, 2015).

Na Tabela II estão dispostos dados do Relatório de Inclusão Financeira do ano de 2015 que demonstram a evolução do número de financiadoras de crédito ao longo das regiões geográficas do país, dando ênfase à região Norte que possui menor representatividade.

REGIÃO	PONTOS DE ATENDIMENTO POR MIL KM²		PONTOS DE ATENDIMENTO POR 10 MIL ADULTOS	
	2010	2014	2010	2014
Centro-Oeste	13,3	15,80	20,12	21,86
Nordeste	35,5	37,95	14,16	14,28
Norte	3,2	4,03	11,12	12,96
Sudeste	128,9	139,32	18,94	19,23
Sul	102,5	103,24	27,01	25,42
Total Brasil	31,3	33,75	18,34	18,54

Tabela II: Distribuição regional de pontos de atendimento por área e por população adulta: quadro comparativo 2010 e 2014 (Fonte: BCB, 2015).

No período 2010-2014 houve redução no número de instituições financeiras em todos os segmentos analisados, notadamente no segmento das Cooperativas de Crédito, conforme ilustrado na Tabela III. Apesar dessa redução, o acesso da população ao sistema financeiro não ficou prejudicado, uma vez que se observou aumento generalizado no número de pontos de atendimento (BCB, 2015).

TIPOS DE INSTITUIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	EVOLUÇÃO 2010-2014
Bancos	155	159	157	156	152	-1,9%
Cooperativas de Crédito	1.362	1.307	1.252	1.189	1.146	-15,9%
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	41	39	39	36	39	-4,9%
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	59	58	56	57	55	-6,8%
Total	1.617	1.563	1.503	1.435	1.392	-13,9%

Tabela III: Quantidade de Instituições Financeiras por segmento no Brasil (Fonte: BCB, 2015).

As Cooperativas de Crédito ainda têm espaços a ocupar. Segundo exposto no relatório BCB (2015), em 2014, 6,4% dos municípios brasileiros não contavam com atendimento bancário por agências, sendo atendidos somente por correspondentes. Desses municípios, 1,9% eram atendidos apenas por Cooperativas de Crédito. Esses números revelam que ainda resta o potencial de mais de 50% dos municípios a serem atendidos pelo segmento cooperativo.

Contudo, destaca-se o crescimento expressivo de 62,1% nos pontos de atendimento de cooperativas da região Norte no período 2010-2014. Apesar desse crescimento, as regiões Norte e Nordeste possuem, juntas, apenas 6% do total de pontos de atendimento, demonstrando oportunidade de crescimento do segmento nessas regiões do país.

O governo federal destinou para o Plano Safra 2016/2017 R\$ 185 bilhões em crédito para os produtores rurais de todo país, com juros variando de 0,5% a 5,5% ao ano para a agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No Estado do Tocantins, o Ruraltins é o órgão responsável pela elaboração de grande parte das propostas de financiamento do Pronaf. No Plano Safra 2015/2016 foram contratados mais de R\$ 100 milhões (R\$ 113.630.736,72) em projetos destinados aos produtores rurais (RURALTINS, 2017).

No entanto, conforme demonstrado pelo BCB (2015) e apresentado na Tabela IV, a quantidade de cooperativas destinadas ao fornecimento de crédito a produtores rurais teve seu crescimento diminuído em 27,2% entre 2010 a 2014.

	2010	2011	2012	2013	2014	Evolução 2010-2014
Crédito Mútuo	769	721	673	620	580	-24,6%
Crédito Rural	313	291	258	241	228	-27,2%
Livre Admissão	241	256	282	290	299	24,1%
Centrais e Confederações	39	39	39	38	39	0,0%
Total	1.362	1.307	1.252	1.189	1.146	-15,9%

Tabela IV: Evolução da quantidade de Cooperativas de Crédito por modalidade (BCB, 2015).

Na Tabela V estão dispostas as cooperativas de crédito atuantes no estado do Tocantins, bem como os seus pontos de atendimento:

	SICOOB CREDIPAR	SICREDI MS/TO	UNIÃO	SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA
SEDE	Paraíso do Campo Grande - TO	MS	–	Goiânia – GO
FILIAIS	Pium - TO	Palmas – TO		Palmas – TO
	Porto Nacional - TO	Araguatins - TO		Araguaína - TO
	Miranorte - TO	Pedro Afonso - TO		Gurupi – TO
	Barrolândia - TO	Dianópolis - TO		
	Dois Irmãos - TO	Porto Nacional - TO		
	Gurupi - TO	Araguaína - TO		
	Marianópolis - TO			
	Araguaína - TO			
	Divinópolis - TO			
	Cristalândia - TO			
	Palmas - TO			

Tabela V: Localização da sede e filiais das principais Cooperativas de Crédito atuantes no estado do Tocantins (Fonte: OCB/TO, 2017).

6. METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA

A metodologia do presente trabalho foi elaborada conforme descrito por Antonio Carlos Gil em sua obra “Como elaborar projeto de pesquisa” – 4ª edição, 2002. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo, descrita pelo autor como:

O estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002).

Lançou-se mão também da pesquisa bibliográfica como ferramenta para a elaboração desse projeto de pesquisa, descrita por Lima; Miotto (2007) como:

Um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa. Para tanto, parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; expõe as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos; e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos (LIMA; MIOTTO, 2007).

Fonseca (2002) descreve a pesquisa bibliográfica como sendo o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos. Ainda segundo o autor, todo trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, o que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Trata-se, contudo, de uma pesquisa com abordagem quantitativa, que tem por característica a objetividade influenciada pelo positivismo, dessa forma considera-se que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre variáveis, por exemplo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Não só, esta pesquisa ainda é de natureza aplicada, objetivando gerar conhecimentos para aproveitamento prático, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo dessa forma, verdades e interesses locais como observa Gerhardt; Silveira (2009).

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados dispostos no Censo Agropecuário de 2006, dos estabelecimentos agropecuários, excluindo-se assentamentos e a agroindústria, 33,48% conseguiram algum tipo de crédito rural. No entanto, 279.236 estabelecimentos favorecidos foram da região Sul, contrastando contra 22.940 estabelecimentos da região Norte (IBGE, 2006).

A distribuição financeira do Brasil não é homogênea, ou seja, varia de acordo com a região, uma vez que se aproxima mais da participação do Valor Bruto da Produção Agropecuária de cada região do que do número de estabelecimentos agropecuários. Em 2009, o Norte e o Nordeste apresentavam o maior número de estabelecimentos rurais contudo, apenas 11% dos recursos de crédito financeiro foram destinados para essas regiões (IBGE, 2010).

Em 2015, o número de cooperativas (incluindo sede e filial) nas regiões Norte, Centro- Oeste e Nordeste eram de 60, 92 e 98 respectivamente, contra 358 da região Sul e 538 agências da região Sudeste. Quanto ao crédito, as cooperativas tiveram crescimento significativo entre 2010 e 2014, passando de R\$29,7 para R\$67,6 bilhões de reais. Em 2012 a região Norte contava com 94.867 mil cooperados enquanto nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, esse número era de 302.149, 448.076, 1.910.431 e 2.727.632 cooperados, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela VI (BCB, 2015).

REGIÃO	Nº COOPERATIVAS	Nº COOPERADOS
Norte	68	114.309
Centro - Oeste	97	454.067
Nordeste	102	409.179
Sul	370	2.878.124
Sudeste	560	2.000.235

Tabela VI: Número de cooperativas de crédito e de cooperados por regiões brasileiras ao longo de 2010\2015 (Fonte: BCB, 2015).

Apesar da evolução na quantidade de créditos concedidos nas regiões Norte e Nordeste entre os anos de 2010 e 2014, observa-se que houve maior

concentração nas regiões Sul e Sudeste, conforme exposto na Tabela VII. Esse fato acaba evidenciando que as operações do segmento são mais eficientes nas regiões mais assistidas pelo segmento bancário e mais desenvolvidas economicamente (BCB, 2015).

VALORES EM R\$ MILHÕES	2010	2011	2012	2013	2014	EVOLUÇÃO 2010-2014
Centro-Oeste	3.537,6	4.439,5	5.622,2	6.769,1	7.821,4	121%
Nordeste	883,3	1.141,6	1.361,4	1.561,0	1.724,5	95%
Norte	377,0	538,5	668,8	879,6	1.120,3	197%
Sudeste	8.124,3	9.708,3	11.427,3	13.061,3	14.097,4	74%
Sul	9.487,2	11.450,0	14.178,5	17.801,6	21.253,4	124%
Brasil	22.409,3	27.278,0	33.258,2	40.172,5	46.017,0	105%

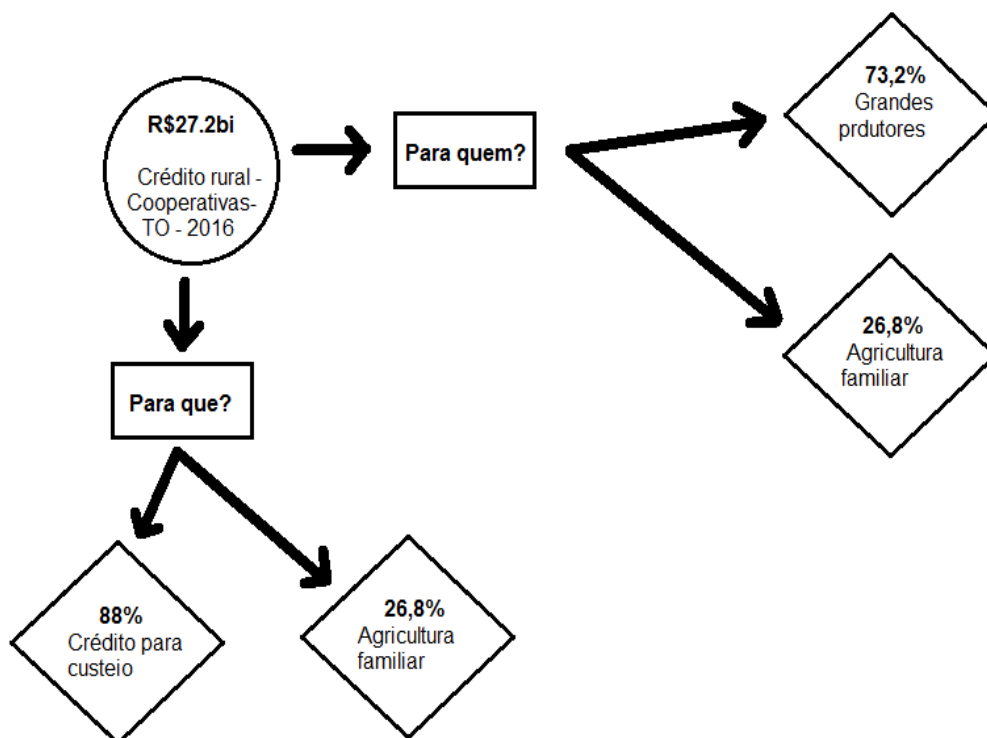
Tabela VII: Evolução do volume de crédito cedido a pessoas físicas por região (Fonte: BCB, 2015).

Conforme dados cedidos por Sardanha (2017), a carteira de financiamentos de crédito rural nas cooperativas do estado do Tocantins em 2016 somaram um total de R\$ 27.2 bilhões, emprestados para mais de 30 mil produtores rurais. 73,2% dos empréstimos foram destinados a produtores com alta renda, idade entre 35 e 60 anos, que dispunham de algum tipo de escolaridade ou especialização e ainda, que somavam renda anual igual ou superior a R\$ 400 mil comprovados na Receita Federal.

Os outros 26,8% dos empréstimos foram destinados a agricultores com baixa renda, tendo como única fonte geradora de recursos financeiros a própria produção (lavoura, leite, hortaliças). O perfil desses agricultores é descrito com baixo nível de escolaridade e poucos indivíduos possuíam alguma especialização e ainda, com idade variando entre 25 e 65 anos.

Dos R\$ 27.2 bilhões de créditos concedidos para os produtores do estado do Tocantins, 88% foram destinados ao crédito de custeio e os outros 12% se dividiram entre crédito para investimento e comercialização. As operações de crédito rural solicitadas nas cooperativas estaduais foram destinados a suprir as demandas de produtores de arroz, soja, cana-de-açúcar, milho, melancia,

abacaxi, sorgo e criação de bovinos, suínos, aves, produção de alevinos entre outros.



Fluxograma: Carteira de financiamentos de crédito rural por Cooperativas no Tocantins em 2016 (Fonte: SARDANHA– acervo pessoal).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais avanços que o cooperativismo de crédito tenha sofrido nos últimos anos, muito ainda têm-se que melhorar. As políticas existentes atendem apenas uma fração dos produtores em virtude de suas regras e que, muitas vezes, não permite que produtores que não se encaixem perfeitamente em suas diretrizes consigam o empréstimo.

Um dos principais gargalos do sistema credial ainda está na inadimplência. O produtor tem, necessariamente, que fornecer informações concisas e que de alguma forma, garanta ao prestador que será devidamente reembolsado.

Nos últimos anos, a disseminação de instituições financeiras bem como as cooperativas sofreram oscilações, que atingiram também o número de pessoas beneficiadas por seus serviços. No entanto, ano após ano, mais dinheiro tem sido injetado para o crédito rural, isso denota que, a procura ou o empréstimo desse dinheiro poderia estar beneficiando um número maior de produtores que, não o conseguem em virtude da falta de informação ou mesmo, a falta de acesso a esse serviço.

Comprovando que a desigualdade entre as regiões do país é incontestável, dessa forma, as análises sobre os diversos tipos de financiamento rural no Brasil devem levar em conta a heterogeneidade existente entre as regiões, visando auxiliar os planejamentos públicos na elaboração de políticas que atuem na mitigação das desigualdades.

Os estados da região Norte sofrem com o número reduzido de cooperativas de crédito. No estado do Tocantins, apenas 15 municípios contam com estabelecimentos de cooperativas, um número muito aquém para atender a demanda do estado.

9. CRONOGRAMA

9.1. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES REFERENTE A 2016

Atividade	Outubro 2016	Novembro 2016	Dezembro 2016	Janeiro 2017	Fevereiro 2017
Escolha do Tema	X				
Pesquisa Bibliográfica			X	X	
Revisão de literatura				X	X
Encontros com o orientador		X	X	X	X
Elaboração do TCC			X	X	
Entrega do TCC					X
Defesa do TCC					X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, C. M.; SHIKIDA, P. F. A. Assimetria de informação e o crédito agropecuário: o caso dos cooperados da Coamo-Toledo (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 2, p. 267–292, 2004.

ANTÃO, R. A. de S.; CAMPANHOLO, T. **O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social**. Disponível em:< <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo03.pdf>. Acesso em 06/02/2017.

BIANCHINI, V. Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BANCO DO BRASIL. PRONAMP INVESTIMENTO. Banco do Brasil. Disponível em:< [< http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/pronamp-investimento#/](http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/pronamp-investimento#/)>. Acesso em 07/02/2017.

BCB. Relatório de Inclusão Financeira. Número 3 – 2015. Banco Central do Brasil. Disponível em:<<https://www.bcb.gov.br/Nor/relnconfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em 07/02/2017.

BCB. O que é cooperativa de crédito? Banco Central do Brasil. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>. Acesso em 06/02/2017.

BRASIL. Recursos do Pronaf são contratados por 98% dos agricultores. PORTAL BRASIL. Publicado em: 09/06/2014. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/recursos-do-pronaf-sao-contratados-por-98-dos-agricultores>>.

BRASIL. Crédito Rural. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em:< <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>>. Acesso em 07/02/2017. (a)

BRASIL. Financiamento Agropecuário na Safra 2016/17 – relatório junho 2016/ dezembro 2016. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/copy_of_arquivos/desempenho-credito-rural-safra-2016-2017-julho-a-dezembro-16.pdf>. Acesso em 06/02/2017. (b)

BRASIL. PRONAF. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em 07/02/2017. (c)

CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: SANTOS, C. A. (Ed.). Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e perspectivas. Brasília: SEBRAE, 2004.

CAPOBIANGO, R. P.; BRAGA, M. J.; SILVEIRA, S. de F. R.; COSTA, C. C. M.. Análise do Impacto Econômico do Crédito Rural na Microrregião de Pirapora. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 631–644, out./dez. 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em 09/02/2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: editora Atlas, 176 p., 2002.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, n. 02, Brasília abr./Jun., 2014.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em 06/02/2017.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, v. 70, 54 p., 2010. Disponível em:<
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2010.pdf>. Acesso em 08/02/2017.

KROTH, D. C.; DIAS, J.; GIANNINI, F. A. **A importância do crédito agrícola e da educação na determinação do produto per capita rural: um estudo dinâmico em painéis de dados dos municípios paranaenses.** Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, 21p. Disponível em:<
<http://www.sober.org.br/palestra/5/363.pdf>. Acesso em 06/02/2017.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál.** Florianópolis, v. 10, nº. esp. p. 37-45, 2007.

NORTE AGROPECUÁRIO. Contratação de recursos do crédito rural no Tocantins ultrapassa R\$ 2 bilhões, 28 de maio de 2015. Disponível em:<
[http://www.norteagropecuario.com.br/noticias/547-contrata%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-do-cr%C3%A9dito-rural-no-tocantins-ultrapassa-r\\$-2-bilh%C3%B5es.html](http://www.norteagropecuario.com.br/noticias/547-contrata%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-do-cr%C3%A9dito-rural-no-tocantins-ultrapassa-r$-2-bilh%C3%B5es.html)>. Acesso em 06/02/2017.

OCB/TO. Sistema OCB/TO – Educação, Formação e Informação. Disponível em:<
<http://www.ocbto.coop.br/conteudo.php?l=74a8528271a61def3b2c279fea2b2274>>
 . Acesso em 12/02/2017.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de Crédito – História da Evolução Normativa no Brasil – 6 ed.- Brasília – DF: BCB, 92p., 2008.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JR., G. B. Evolução da política de crédito rural brasileira. Documentos 292, Planaltina – DF: EMBRAPA Cerrados, 2010.

RURALTINS. Ruraltins reúne técnicos para discutir elaboração de projetos de crédito rural. Disponível em:<http://ruraltins.to.gov.br/noticia/2017/2/7/ruraltins-reune-tecnicos-para-discutir-elaboracao-de-projetos-de-credito-rural/#sthash.C4hp0zuF.dpuf>. Acesso em 08/02/2017.

SARDANHA, L. Responsável pelas operações de crédito das cooperativas do estado do Tocantins. Informações sobre crédito rural concedidos pelas cooperativas do estado do Tocantins no ano de 2010. (acervo pessoal).

SEBRAE. Pronamp financia investimentos e custeio de produtores familiares. Disponível em: < <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/pronamp-financia-investimentos-e-custeio-de-produtores-familiares,9b08fa2da4c72410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 07/02/2017.

SEAGRO. Cooperativas de Crédito no Tocantins movimentaram mais de R\$ 70 mi em 2012. Agricultura e Pecuária Governo do Tocantins. Disponível em: <http://seagro.to.gov.br/noticia/2013/3/27/cooperativas-de-credito-no-tocantins-movimentaram-mais-de-r-70-mi-em-2012/#sthash.ILX01WRb.dpuf>. Acesso em 07/02/2017.

SCHUNTZEMBERGER, A. M. de S. **Evidências do Impacto do Cooperativismo de Crédito na Agropecuária brasileira**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, 172p., 2016.

SILVA, V. C.; BACHA, C. J. C. Análise do funcionamento e da evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil de 1990 a 2005. **Pesquisa & Debate**, v. 18, n. 2, p. 197–222, 2007.

TRIPP, D. Pesquisa- ação: uma introdução metodológica / tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, nº. 03, p. 443-466, set./ dez., 2005.